

MOVIMENTOS SOCIAIS



A escalada de ataques aos movimentos sociais continua, conjugada com as restrições que atingem os direitos individuais. Ao que tudo indica, a perseguição aos movimentos sociais fica cada vez mais desenvolvida e desinibida. Com uma diferença sutil em relação aos direitos individuais, uma vez que vai se institucionalizando de maneira ampla com o respaldo de formulações jurídicas que lhe dão ares de legalidade e democracia.

A escalada autoritária continua

As duas dimensões do ataque – aos coletivos organizados e aos indivíduos – estão imbricadas especialmente pela mais utilizada justificativa para ambas, a de proteção e garantia dos direitos individuais.

Assim é com o desmonte já efetuado e o ainda pretendido do movimento sindical brasileiro. Não bastassem as mudanças limitantes da atividade sindical já introduzidas pelas novas regras trabalhistas no apagar das luzes de 2018, o governo federal sinaliza nos bastidores que prepara nova rodada de uma reforma sindical.

O cenário para enfrentar mais um ataque dificilmente poderia ser mais adverso que o atual. A grave crise econômica, a rede pública de proteção social em constante queda de padrão de qualidade e alcance, o desemprego profundo e o quadro de desregulamentação do mercado de trabalho, onde predominam os empregos de baixa remuneração e alta rotatividade, desfavorecem, numa etapa em que parte da opinião pública afetada ainda guarda esperanças

e outra se sente amedrontada ou desamparada, a organização de movimentos reivindicatórios.

Outro obstáculo à resistência organizada é o reiterado discurso, do governo e da mídia convencional, de que as mudanças que se quer aplicar no movimento sindical cooperarão para maior liberdade individual e fim de estruturas obsoletas que pesariam negativamente sobre o ritmo de desenvolvimento do país e das pessoas. Enquanto convencer parte significativa do senso comum, como atualmente, o trator bolsonarista sente-se à vontade para avançar rumo ao atraso.

Sabe-se desde já, inclusive por notícias veiculadas pela imprensa, pontos que o governo pretende alterar na estrutura sindical. Ao sinalizar a proposta de extinguir a unicidade sindical, aponta o fim da base de representação atual, que exige ao menos a abrangência de um município de atuação para que o sindicato possa organizar e negociar em nome de categorias ou grupos profissionais. Tal medida pode significar a cria-

ção da figura do sindicato por empresa, ampliando a já grande pulverização das entidades.

Entre os resultados práticos dessa pretendida mudança – defendidas, novamente, com o argumento da maior possibilidade de escolha individual – pode-se destacar a criação de sindicatos ainda mais débeis, com maior probabilidade de controle dos empregadores sobre o processo de escolha de lideranças trabalhistas e ingerência nos rumos das negociações e na organização de greves ou protestos.

Outro risco, este muito próprio aos tempos que correm, é a cooptação dessas entidades por grupos do crime organizado, como as milícias. Sindicatos pequenos e com área geográfica restrita seriam mais vulneráveis a esse tipo de influência ou até mesmo domínio.

O fim da obrigatoriedade de participação dos sindicatos nas negociações entre empresas e trabalhadores e trabalhadoras, já tentado, sem sucesso, na chamada reforma trabalhista de Temer, é outro dos pontos aventados pelo governo no pacote que quer apresentar ao Congresso sob o rótulo de reforma sindical.

Só essas duas medidas já teriam potencial explosivo mesmo contra sindicatos fortes, com base consolidada. Tome-se como exemplo uma grande entidade sindical do setor industrial: caso aprovada a representação por empresa, seria obrigada a se fragmentar em tantas quantas fosse o número correspondente de empresas situadas em sua base de atuação.

No caso das pequenas e médias empresas, maioria absoluta no mercado – taxas superiores a 90%, oscilando se o critério de classificação for fiscal ou número de pessoas empregadas, segundo o Cadastro Geral de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – a sindicalização atomizada pode aprofundar os efeitos negativos sobre o movimento trabalhista organizado.

Em busca de alternativas ao ataque que muito provavelmente virá, expectativa que cresce após o governo ter alcançado placar elástico na aprovação das mudanças previdenciárias em primeiro turno na Câmara Federal – apesar do bloqueio de alguns pontos do projeto, como a capitalização –, as centrais e os sindicatos filiados voltam a se reunir para debater a reorganização de sua estrutura e assim consolidar

propostas para fazer frente ao projeto em gestação na Esplanada dos Ministérios e no Alvorada.

Com esse objetivo, na penúltima semana de julho foi realizado encontro em conjunto pela Fundação Friedrich Ebert e Instituto Trabalho, com participação da Fundação Perseu Abramo e de representantes da CUT. Além desse debate, as centrais já discutem internamente e entre si propostas para impedir maior enfraquecimento.

Importante registrar que o tema foi debatido ao longo de meses, entre 2004 e 2005, mas em outro contexto, bem mais promissor. Em longas rodadas de negociação, representantes dos sindicatos, do empresariado e do governo sentaram-se à mesa e formularam, por consenso, uma alentada proposta de reforma sindical, enviada ao Congresso em maio de 2005, pouco antes da eclosão da crise política por conta da ação penal 470. Gestado em outra conjuntura, aquele projeto defendia, inclusive, o fim da unidade sindical, hoje considerado risco. Neste ponto, por exemplo, regras de transição garantiriam que mudanças não representassem morte súbita para os sindicatos. Aquela reforma sindical, que ficou parada no Congresso, previa a construção, com datas pré-determinadas para entrar em vigor, de mudanças como o fim do imposto sindical. Um dos argumentos usados para as propostas era maior liberdade dos trabalhadores e maior incidência de suas ideias sobre as decisões das entidades.

Prendo e arrebeno

Em manifestação bastante semelhante aos tempos de ditadura formal no Brasil, o presidente eleito brindou a nação, no dia 29 de julho, com uma ameaça ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz: “Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto pra ele”. A declaração foi dada a jornalistas quando o mandatário comentava a conclusão do inquérito contra Adélio Bispo, o personagem da famosa facada em Juiz de Fora. Ao criticar a atitude da Ordem que, durante o inquérito, segundo ele, teria impedido a invasão do telefone de um advogado de Adélio, disparou o comentário, em tudo assemelhado a uma ameaça.

Nesse contexto de desinibição cada vez maior do autoritarismo, o presidente também desqualificou as evidências de que o índio Emyra Waiãpi tenha sido assassinado no Amapá, resultado de conflito cada vez mais intenso – e estimulado pelo presidente – entre os povos originários e garimpeiros naquela região. Naquele mesmo 29 de julho, a Organização das Nações Unidas (ONU) posicionou-se contra o projeto presidencial de abrir as terras indígenas ao garimpo desenfreado e pediu investigação isenta da morte de Emyra.

As declarações de Bolsonaro contra a memória do pai de Fernando Santa Cruz, desaparecido durante a ditadura, foram rechaçadas duramente por diferentes entidades, de diversas tendências políticas.

Enquanto isso, a militante da luta por moradia Preta Ferreira segue há mais de um mês presa em São Paulo, acusada de crime de extorsão, como foram tipificadas, pelo juiz que ordenou o encarceramento, as contribuições de moradores de ocupações e

assentamentos em prédios urbanos.

Em entrevista concedida à TVT em julho, Preta acusou a Justiça de associá-la ao desabamento de prédio abandonado no centro de São Paulo, em maio de 2018, sem que ela jamais tenha feito parte daquela ocupação. “Eles misturaram vários movimentos que não têm nada a ver. Misturou Ananias que eu nunca vi na vida. Misturou MSTC com o prédio do Payssandú, mentira. Não posso pagar o preço de uma coisa que não tenho nada a ver. O prédio caiu, investigue. Tem esse homem foragido, por quê?”, disse, em referência a Ananias Pereira dos Santos, apontado como principal líder da ocupação do prédio que desabou e que segue em liberdade.

Assim, o governo federal segue sua ação articulada para sufocar os movimentos sociais. No dia 13 de agosto, data marcada para greve nacional dos trabalhadores em educação, nova chance de levar para as ruas o protesto contra os abusos.